

BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de novembro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Rafael dos S. Scatena.
Rafael dos Santos Scatena
Contador
CRC nº 1 SP 262264/O-9

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Balanço patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | | | Passivo e patrimônio líquido | | |
|--|--------|----------------|--|-------|---------------|
| | Notas | 30.06.2025 | | Notas | 30.06.2025 |
| Circulante | | 102.139 | Circulante | | 71.226 |
| Disponibilidades | 4 | 1.864 | Passivos financeiros | | 58.575 |
| Ativos financeiros | | 74.360 | Ao custo amortizado | 9 | 58.575 |
| Ao custo amortizado | 4 e 5 | 58.625 | Depósitos | | 58.575 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 58.625 | Passivos fiscais | | 3.945 |
| Ao valor justo por meio do resultado | 4 e 5 | 15.735 | Imposto de renda e contribuição social correntes | | 3.945 |
| Títulos e valores mobiliários | | 15.735 | Outros passivos | 10 | 8.706 |
| Ativos fiscais | | 1.647 | Outros Passivos Financeiros | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6 | 1.638 | Sociais e Estatutárias | | 2.847 |
| Outros | | 9 | Fiscais e previdenciárias | | 2.008 |
| Outros ativos | | 24.268 | Diversas | | 3.837 |
| Outros Ativos Financeiros | | | Outros Passivos Não Financeiros | | |
| Rendas a receber | 7 | 12.675 | Credores diversos | | 14 |
| Partes relacionadas | 7 e 18 | 4.396 | Patrimônio líquido | | 31.329 |
| (-) Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros | 7 | (1.247) | Capital Social | | 4.000 |
| Outros Ativos Não Financeiros | | | Reserva legal | | 800 |
| Outros | 7 | 8.444 | Reserva de lucros | | 26.529 |

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

| | <u>Notas</u> | <u>30.06.2025</u> |
|--|--------------|-------------------|
| Receitas de juros | | 5.620 |
| Receitas da intermediação financeira | 13 | 5.620 |
| Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros | | (533) |
| Despesas da intermediação financeira | 14 | (533) |
| Resultado da intermediação financeira | | 5.087 |
| Receita de prestação de serviços | | 57.577 |
| Despesas de pessoal | 15 | (17.929) |
| Outras despesas administrativas | 16 | (17.452) |
| Despesas tributárias | 17 | (4.626) |
| Outras Receitas (Despesas) operacionais | | 17.570 |
| Resultado operacional | | 22.657 |
| Resultado não operacional | | - |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | 22.657 |
| Imposto de renda | | (4.288) |
| Contribuição social | | (2.643) |
| Constituição (realização) imposto de renda e contribuição social diferidos | | (926) |
| Imposto de renda e contribuição social | 11 | (7.857) |
| Participações societárias no lucro | | (2.847) |
| Lucro líquido do semestre | | 11.953 |
| Quantidade de ações | | 1.000.000 |
| Lucro líquido por lote de mil ações | | 11,95 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 30.06.2025 |
|--|-------------------|
| Lucro líquido do semestre | 11.953 |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados para o resultado | - |
| Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para o resultado | - |
| Resultado abrangente | 11.953 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

| Eventos | Capital social | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------|
| | | Reservas legal | Reservas de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 4.000 | 800 | 14.576 | - | 19.376 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | 11.953 | 11.953 |
| Destinações: | | | | | |
| Constituição da reserva de lucro | - | - | 11.953 | (11.953) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | 4.000 | 800 | 26.529 | - | 31.329 |
| Mutação do semestre | - | - | 11.953 | - | 11.953 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>Notas</u> | <u>30.06.2025</u> |
|---|--------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do semestre | | 11.953 |
| Ajustes ao lucro | | |
| Depreciação e amortização | 8 | 115 |
| Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros | 14 | 533 |
| Provisão participação nos lucros | 19 | 2.847 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos | 11 | 7.857 |
| (Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais | | |
| Ao valor justo por meio do resultado | | 5.072 |
| Ativos Fiscais | | (7) |
| Outros Ativos | | (3.502) |
| Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais | | |
| Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado | | 4.361 |
| Outros Passivos | | (6.046) |
| Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social | | (17.799) |
| Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades operacionais | | 5.384 |
| Aumento (Decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 5.384 |
| Início do semestre | | 55.105 |
| Final do semestre | 4 | 60.489 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 5.384 |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BRL DTVM”) com sede a rua Alves Guimarães, 1212, Pinheiros, São Paulo – SP, foi constituída em 07 de fevereiro de 2011, tendo obtido junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) em 22 de março de 2011 a autorização para funcionamento, em 30 de junho de 2011 junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, previsto na Instrução CVM nº 558/15 (antiga 306/99).

A Distribuidora tem por objeto a prestação de serviços de agente fiduciário; administração de fundos e clubes de investimentos, constituição de sociedades de investimento e de capital estrangeiro; intermediação de operações de câmbio; praticar operações em bolsas de mercadorias e de futuros, compras e vendas de metais preciosos, compras e vendas de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e; incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários. A Distribuidora é controlada pela APEX Fund Holding Ltda, CNPJ nº 37.668.744/0001-99, que possui 100% das ações em circulação da Distribuidora.

A APEX Fund Holding Ltda é controlada pela Apex Group Ltd., situada em Bermuda, que possui 100% das quotas da companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, as demonstrações contábeis não apresentam informações comparativas de períodos anteriores.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 7 de novembro de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Distribuidora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a Distribuidora continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.4. Convergência às normas internacionais de contabilidade

Foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.967/2021 - CPC 28 - Propriedade para Investimento
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - CPC 41 - Resultado por Ação
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

- Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo Imobilizado
- Resolução BCB 352/2023- CPC 48- Instrumentos Financeiros

2.5. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, ativos não financeiros, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.6. Adoção inicial Resolução BCB nº 352/2023

A partir de primeiro de janeiro de 2025 a Resolução BCB nº 352/2023 entrou em vigor, e com ela tivemos mudanças na nomenclatura, classificação e metodologia de apuração de ativos financeiros, passivos financeiros e cálculo da perda esperada associada ao risco de crédito. Fizemos um levantamento desses impactos para 01/01/2025, vide quadros resumo abaixo:

**Conciliação do Patrimônio
Líquido**

**Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes
da adoção da Res. BCB nº 352 – 23/11/2023 (em 31/12/2024)**

R\$ 20.111

Provisão para créditos de liquidação
duvidosa

(72)

**Patrimônio líquido após ajustes da Res. BCB nº
352 – 23/11/2023 (em 01/01/2025)**

R\$ 20.039

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Classificação de ativos financeiros na adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23

| Classificação anterior a adoção da Res. BCB 352/23 | Saldo em 31/12/2024 | Efeitos da Adoção da Res. BCB 352/23 nos ativos financeiros (em R\$ mil) (Remensurações) | Saldo em 01/01/2025 | Novas classificações de acordo com a Res. BCB nº 352/23 |
|--|---------------------|--|---------------------|---|
| Ativos Financeiros | | | | Ativos Financeiros |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 55.105 | - | 55.105 | Caixa e Equivalentes de Caixa - Custo amortizado |
| Títulos e Valores Mobiliários - mantido para negociação | | | | |
| - Fundos de Renda Fixa | 20.806 | - | 20.806 | Títulos e Valores Mobiliários - Valor justo por meio do resultado |
| Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa sobre outros créditos | (714) | (72) | (786) | Provisão para perda esperada |

Classificação de passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 352/23

| Passivos Financeiros | Saldo em 31/12/2024 | Reclassificações | Saldo em 01/01/2025 | Passivos Financeiros |
|--|---------------------|------------------|---------------------|--|
| Contas a pagar fornecedores / Diversos | (79) | | (79) | Contas a pagar fornecedores - Custo amortizado |

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

3.2. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços da Distribuidora são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e custódia de seus ativos. A taxa de administração é calculada sobre os patrimônios líquidos diários dos fundos, capital comprometido ou capital investido, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada mensalmente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Posição Bancada) e Aplicação em cotas de Fundos de Investimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.4. Instrumentos Financeiros

Classificação de Ativos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

i) Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;

iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos nas categorias acima.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Só Paga Principal e Juros – teste do SPPJ*).

Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

i) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

ii) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

iii) Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme a Seção III, Capítulo II da Resolução BCB nº 352;

iv) Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados como contratos híbridos;

v) Garantias financeiras prestadas.

3.5. Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais que variam de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças adquiridas de programas de computador e custos de desenvolvimento de softwares e plataformas de negócio e são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Semestre findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)****3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

Conforme a Resolução BCB nº 352 /23 do Banco Central, é definido a utilização da metodologia de perda esperada simplificada para as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4) ou no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente, ou integrantes de conglomerado prudencial enquadrado nesses segmentos. Visto que o Grupo APEX pertence ao Segmento S4, o modelo a ser adotado é o simplificado.

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução nº 352/23, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

Conforme o normativo, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A instituição não reconhece novas apropriações de receita a partir do momento que a Administração entende que o ativo financeiro se enquadra nas definições de ativos com problemas de recuperação de crédito ("ativos problemáticos"), com exceção para os ativos oriundos de direitos a receber por contrato de prestação de serviço, pois, pela sua natureza, requer o reconhecimento da receita e recolhimento de impostos mediante a prestação dos serviços.

Conforme a Resolução BCB 352/23, a metodologia simplificada requer que a Companhia faça a constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos.

Metodologia de estimação da perda esperada

De acordo com o art. 40 da Resolução BCB nº 352/23, a avaliação da perda esperada deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações internas e externas. Para estimar a perda esperada, a instituição deve utilizar técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

Para os ativos financeiros referentes a direitos de receber por prestação de serviços, dada a natureza desse ativo, que não se trata de operação de crédito ou possui características de concessão de crédito, ele não se enquadra nas definições de provisões para perda esperada definidas no art. 50, bem como para as provisões adicionais definidas no Art. 76 e 78, bem como não se enquadra nas definições de carteiras C1 a C5, dadas pelo Art. 81. Sendo assim, as empresas do grupo APEX realizam a sua provisão para perda esperada associada ao risco de crédito através da tabela abaixo, que considera o prazo de inadimplência e o valor total devido:

| Classificação | Mínimo Dias em Atraso | Máximo Dias em Atraso | % de provisão |
|----------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| AA | 0 | 60 | 0% |
| A | 61 | 90 | 5% |
| B | 91 | 120 | 25% |
| C | 121 | 150 | 50% |
| D | 151 | 180 | 75% |
| E | 181 | 365 | 100% |
| EE | 366 | Ou mais | 100% |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Cabe ressaltar que, apesar das provisões constituídas pelas faixas de atraso representadas acima, a avaliação semanal realizada na reunião entre Diretoria e o Departamento Comercial é soberana. Caso algum cliente apresente condições de “ativo problemático”, conforme dado pela redação do Art. 3º, a provisão constituída para este cliente será reavaliada para rating E, com 100% de provisão. Dessa forma, a Companhia inclui em sua avaliação da provisão de perda não somente as informações de dias de atraso, mas também condições futuras que possam impactar o fluxo de caixa de seus clientes, e por consequência, suas capacidades de pagamento.

A perda esperada é então calculada com base no total do ativo bruto registrado para este cliente/ativo.

A diretoria do grupo considera o modelo atual adequado à natureza e complexidade das suas operações, refletindo adequadamente a perda esperada associada ao risco de crédito do grupo bem como as perdas efetivamente incorridas.

Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, em um processo denominado *Stop Accrual*.

Para os ativos financeiros referentes a direitos de receber por prestação de serviços, dada a natureza desse ativo, não iremos realizar *Stop Accrual*, mas sim, no caso do enquadramento do cliente como “ativo problemático”, seu rating de provisão para perda é elevado ao rating E, constituindo assim 100% de provisão para seus saldos em aberto, independentemente do seu período de atraso. Dessa forma, prezamos pelo regime da competência no registro das receitas, tendo em vista que a prestação do serviço não é paralisada em caso de inadimplência, bem como fazemos os recolhimentos dos impostos na competência devida, sem deixar de registrar o impacto no ativo que reflete nossa expectativa de recebimento.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 ao semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação é calculada à alíquota de 15% e ajustada pelas adições e exclusões previstas na legislação. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem da provisão de participações nos lucros e provisão para créditos de liquidação duvidosa, e foram reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, foram atendidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Semestre findo em 30 de junho de 2025***(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)***3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN) e são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.11. Resultado não recorrente

As avaliações sobre a natureza dos resultados não recorrentes são realizadas nos termos da Resolução BACEN nº 2/2020. A Distribuidora considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2025 a Distribuidora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

3.12. Lucro (prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São compostas em sua totalidade por depósitos em instituições bancárias e com liquidez imediata:

| | <u>Vencimento</u> | <u>30/06/2025</u> |
|--|-------------------|----------------------|
| DISPONIBILIDADES | | |
| Depósitos Bancários | | |
| Reservas Livres BCB | N/A | 6 |
| Depósitos Bancários sem Conta Reserva | N/A | 1.858 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | |
| Operações Compromissadas (1 dia) | | |
| LTN | 01/01/2026 | 58.625 |
| Total Caixa e equivalentes de caixa | | <u>60.489</u> |

5. Instrumentos Financeiros - Classificação por categoria

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3.4.

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

| | <u>30/06/2025</u> |
|--|----------------------|
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | |
| Posição Bancada | |
| Letras do Tesouro Nacional | 58.625 |
| Total | <u>58.625</u> |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)****Ao valor justo por meio do resultado**

| | <u>30/06/2025</u> |
|--|----------------------|
| Cotas de Fundos de Investimento | |
| Itaú Soberano RF Simples FICFI | 450 |
| Itaú Soberano RF REF DI LP FICFI | 15.285 |
| Total | <u>15.735</u> |
| Total | <u>74.360</u> |

As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. Os fundos de investimento estão custodiados na "Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)".

Em 30 de junho de 2025 estão classificados em nível 2 na hierarquia de valor justo R\$15.735.

Prestação de Garantias

Em 30 de junho de 2025 não existem títulos garantindo operações.

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | <u>30/06/2025</u> |
|--|---------------------|
| Diferenças temporárias | |
| Perdas esperadas de ativos financeiros | 499 |
| PLR | 1.139 |
| Total | <u>1.638</u> |

7. Outros ativos

| | <u>30/06/2025</u> |
|---|-----------------------|
| Outros Ativos Financeiros | <u>15.824</u> |
| Rendas a receber | <u>12.675</u> |
| Taxa de Administração de Fundos de investimento | 11.371 |
| Outros serviços prestados a receber | 1.304 |
| Valores a receber de sociedades ligadas | <u>4.396</u> |
| Partes relacionadas (Nota Explicativa nº18) | 4.396 |
| (-) Perdas esperadas de ativos financeiros (b) | <u>(1.247)</u> |
| Outros Ativos Não Financeiros | <u>8.444</u> |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 831 |
| Devedores p/depósitos em garantia ^(a) | 7.099 |
| Devedores diversos | 309 |
| Despesas antecipadas | 205 |
| Total | <u>24.268</u> |

(a) Principalmente referente ao depósito/bloqueio judicial no valor de R\$ 5.965 atrelado ao processo 0001530-26.2019.4.01.4101 conduzido sob a supervisão do Ministério Público Federal. Não há até o presente momento nenhum réu e da mesma forma inexistente sentença de natureza criminal ou mesmo Acórdão, mas tão somente a decisão que determinou o bloqueio de bens, ora em discussão em sede de apelação.

(b) Compreende valores que a Administração entende ser de difícil realização, composto principalmente pelas taxas de administração de fundos a receber junto a Fundos de investimentos, em que foram avaliadas as perdas esperadas conforme política interna definida pela Administração. Os valores são classificados de acordo com o período em atraso e os percentuais divulgados na Nota Explicativa nº 14.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado e Intangível

| | <u>30/06/2025</u> |
|----------------------------|-------------------|
| IMOBILIZADO | |
| Instalações | 1.737 |
| Móveis e Equipamentos | 831 |
| Sistema de Comunicação | 2 |
| Equipamento de Informática | 1.445 |
| (-) Depreciação acumulada | (3.601) |
| INTANGÍVEL | |
| Software | 43 |
| (-) Amortização acumulada | (41) |
| Total | <u>416</u> |

9. Passivos Financeiros – Classificação por categoria

Ao Custo Amortizado

Depósitos

Referem-se às operações de captação (com investidores não residentes) efetuadas no âmbito do Sistema de Transferência de Reservas ("STR"), instituído pela Circular 3.100, do BACEN, composto por valores mantidos por terceiros em contas correntes na Distribuidora e operações por conta e ordem de terceiros aplicados em operações com compromisso de revenda e lastreadas em títulos públicos federais com vencimento máximo de 540 dias, demonstrado na Nota Explicativa nº 4, as quais referem-se a valores mantidos na Distribuidora em nome de participantes.

| | <u>31/12/2025</u> |
|---|----------------------|
| Recursos Disponíveis de Clientes | |
| Investidores não residentes e Fundos | 58.575 |
| Total | <u>58.575</u> |

10. Outros passivos

| | <u>30/06/2025</u> |
|--|---------------------|
| Circulante | |
| Outros Passivos Financeiros | <u>8.692</u> |
| Sociais e estatutárias | <u>2.847</u> |
| Participações nos lucros | 2.847 |
| Fiscais e previdenciárias | <u>2.008</u> |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.008 |
| Diversas | <u>3.851</u> |
| Despesas de pessoal ^(a) | 3.687 |
| Aluguéis | 150 |
| Outros Passivos Não Financeiros | <u>14</u> |
| Credores diversos – País | 14 |
| Total | <u>8.706</u> |

(a) Substancialmente representado por provisão de férias, 13º salário e correspondentes encargos sociais.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais da BRL DTVM e os valores registrados no resultado podem ser resumidas da seguinte forma:

| | 30/06/2025 |
|--|------------|
| Lucro antes dos impostos e após participações | 19.810 |
| Encargos de Imposto de Renda e Contribuição social | 7.924 |
| Adições Permanentes | |
| Multas | 11 |
| Brindes e Representações | 10 |
| Perdas s/prestação de serviços | 29 |
| Exclusões Permanentes | |
| Outras | (12) |
| PAT | (105) |
| IRPJ e CSLL Corrente e Diferido | 7.857 |
| Corrente | (6.931) |
| Diferido | (926) |

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social está representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país, totalizando um capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$4.000.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do semestre, 5% (cinco por cento) se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não pode exceder a 20% (vinte por cento) do capital, cessa tal obrigatoriedade no período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das Reservas de Capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital. Em 30 de junho de 2025, a reserva está registrada no valor de R\$800 (oitocentos mil reais).

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do período ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram feitas distribuição de lucros.

13. Receitas da intermediação financeira

Receita de juros e similares

| | 30/06/2025 |
|---|--------------|
| Aplicações interfinanceiras de liquidez – Posição Bancada | 4.611 |
| Rendas aplicações com fundos de investimentos | 1.009 |
| Total | 5.620 |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)****Receitas de prestação de serviços**

| | 30/06/2025 |
|---------------------------------|-------------------|
| Taxa de administração de fundos | 39.710 |
| Serviços de controladoria | 4.029 |
| Serviços de custódia | 9.923 |
| Serviços de escrituração | 3.196 |
| Outros serviços | 719 |
| Total | 57.577 |

14. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros

Compreende valores que a Administração entende ser de difícil realização, composto principalmente pelas taxas de administração de fundos a receber junto a Fundos de investimentos. Os valores são classificados de acordo com o período em atraso e o percentual de perda da seguinte forma: Em dia, e até 60 dias - risco nível AA 0% de perda; Atraso entre 61 e 90 dias - risco nível A 5% de perda; Atraso entre 91 e 120 dias - risco nível B 25% de perda; Atraso entre 121 e 150 dias - risco nível C 50% de perda; Atraso entre 151 e 180 dias - risco nível D 75% de perda; Atraso superior a 180 dias - risco nível E 100% de perda. Existe também uma consideração adicional sobre a recuperabilidade dos valores com atraso maior de 90 dias, pois conforme as Resoluções BCB 352 e 4.966, esses ativos são classificados como “ativos problemáticos”, e precisam de uma maior formalização para a manutenção do percentual de provisão para suas faixas de vencimento, caso contrário, sua provisão é elevada para 100%

Em 30 de junho de 2025 o valor da provisão para perda associada ao risco de crédito é de R\$ 1.248, com impacto no resultado de R\$ 533.

15. Despesas de pessoal

| | 30/06/2025 |
|---------------------------------------|-------------------|
| Diretoria e conselho de administração | 521 |
| Proventos | 10.680 |
| Benefícios | 2.826 |
| Encargos sociais | 3.843 |
| Despesas com remuneração estagiários | 59 |
| Total | 17.929 |

16. Outras despesas administrativas

| | 30/06/2025 |
|---------------------------------------|-------------------|
| Processamento de dados ^(a) | 12.409 |
| Serviços técnicos especializados | 2.958 |
| Aluguéis | 601 |
| Serviços do sistema financeiro | 403 |
| Multas e juros | 256 |
| Transporte e despesas de viagem | 196 |
| Manutenção e conservação de bens | 172 |
| Despesas de depreciação e amortização | 115 |
| Água, energia e gás | 118 |
| Perdas com clientes | 72 |
| Material de administrativo | 62 |
| Propaganda e publicidade | 27 |
| Seguros | 25 |
| Outras despesas administrativas | 38 |
| Total | 17.452 |

(a) Substancialmente representado por despesas com sistemas de armazenamento em nuvem, administração de fundos de investimento e segurança da informação.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Despesas tributárias

| | 30/06/2025 |
|--------------|--------------|
| ISS | 1.688 |
| COFINS | 2.528 |
| PIS | 410 |
| Total | 4.626 |

18. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas com a Distribuidora são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 e alterações posteriores e estão apresentadas da seguinte forma:

a. Composição de partes relacionadas

| Ativo ^(a) | 30/06/2025 |
|-----------------------------|--------------|
| BRL Trust Investimentos | 3.822 |
| MAF DTVM | 80 |
| Apex Asset Management (MAM) | 494 |
| Total | 4.396 |

| Resultado ^(b) | 30/06/2025 |
|-----------------------------|--------------|
| BRL Trust Investimentos | 3.919 |
| MAF DTVM | 686 |
| Apex Asset Management (MAM) | 530 |
| Total | 5.135 |

(a) Saldos referem-se a rateios de despesas de aluguel;

(b) As empresas possuem contrato de Rateio de custos e despesas de serviços administrativos como recursos humanos, tecnologia de informação, *compliance* e outros congêneres descritos em contrato entre as partes envolvidas.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2025, os honorários atribuídos aos administradores da Distribuidora foram pagos em forma de Pró-labore e totalizam R\$521 mil.

19. Participações nos Lucros ou Resultados

Em 30 de junho de 2025, a Distribuidora provisionou o valor de R\$2.847 mil a título de participação nos lucros, a serem pagos no exercício de 2026.

20. Outras informações

Provisões e passivos contingentes

A classificação de risco e valores envolvidos informados pelo assessor jurídico da Distribuidora estão resumidas a seguir:

| | 30/06/2025 | |
|----------------|------------|----------------|
| Risco de perda | Quantidade | Valor da causa |
| Possível | 14 | 27.379 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O principal processo com risco de perda possível refere-se ao nº 16327-720.410/2018-65, o qual trata-se de impugnação aos Autos de Infração lavrados pelo DEINF para cobrança das contribuições do PIS e COFINS nos anos de 2014 e 2015 contra o Arena FII no montante atualizado de R\$ 21.670, os quais foram atribuídas à Arena Itaquera S.A. Nesse caso, temos a responsabilidade solidária da BRL DTVM. A impugnação pede, liminarmente, a nulidade dos Autos de Infração e a exclusão da BRL e da Arena Itaquera S.A. da responsabilidade dos Autos de Infração e, no mérito, a improcedência dos Autos de Infração, tendo em vista o cumprimento das exigências legais impostas ao FII e a impossibilidade de submissão das receitas do FII à tributação aplicável às pessoas jurídicas. Desde março de 2021, o processo encontra-se aguardando distribuição/triagem no CARF.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 não há processos com probabilidade de perda provável envolvendo a Distribuidora.

21. Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Distribuidora. Por isso, a Distribuidora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

b) Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações.

Os riscos inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

c) Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte.

A Distribuidora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução BCB nº 4.557/2017.

d) Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a Distribuidora honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa.

A Distribuidora gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução BCB nº 4.557/2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

e) Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Conforme a Resolução BCB nº 4.557/2017, a Distribuidora considera risco de crédito “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”

Na Distribuidora, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração.

f) Relatórios de risco de mercado de riscos operacionais

Os relatórios com as descrições das estruturas de gerenciamento dos riscos de mercado e dos riscos operacionais encontram-se disponíveis na sede da Distribuidora situada na Rua Alves Guimarães, nº 1212, São Paulo - SP.

21. Acordo de Basiléia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I, Capital Principal e Adicional de Capital Principal, compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido (representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional).

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 10,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Conservação de Capital.

O Índice de Basiléia em 30 de junho de 2025 da Distribuidora é de 15,52%.

22. Eventos subsequentes

Em 18 de agosto de 2025, a BRL DTVM foi alvo de um ataque cibernético, ocorrido no contexto de uma série de incidentes similares que afetaram diversas instituições do setor financeiro nacional. O ataque explorou uma vulnerabilidade em sistemas utilizados por Provedores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) conectados à Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), aliado à aplicação de técnicas de engenharia social, resultando no acesso indevido às credenciais internas da Distribuidora e no consequente desvio de recursos diretamente das contas mantidas no Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Após a adoção de medidas imediatas de contenção e rastreamento, foram recuperados aproximadamente R\$ 1,4 milhões, restando um prejuízo estimado de R\$ 2,8 milhões até setembro de 2025. Atualmente a Distribuidora está em tratativas com a seguradora responsável pela apólice global vigente do grupo APEX, com vistas à formalização do sinistro e à compensação financeira das perdas incorridas. Até o presente momento, não há definição quanto ao montante que poderá ser reembolsado. Além disso, a Distribuidora efetuou as comunicações pertinentes com seus órgãos reguladores e tomou ações para evitar eventos semelhantes. O evento não impactou os dados de clientes, e não resultou em ajustes às demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

* * *